

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

Oito anos de governo do MAS: consolidação e contradições do capitalismo andino

Diego Pereira de Siqueira¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer um balanço parcial do governo de Evo Morales, a partir da segunda fase inaugurada com sua reeleição, em dezembro de 2009. Ele vai apresentar os conflitos que surgiram entre o governo boliviano e setores que antes constituíam sua principal base social, movimentos indígenas e trabalhadores, conflitos esses evidenciados nas controvérsias em torno do TIPNIS e na disputa das minas de Colquiri e Mallku Khota. Buscaremos situar esses conflitos no contexto mais amplo do projeto histórico do grupo dirigente que hoje comanda o Estado boliviano, sua relação com as demandas dos setores populares e política econômica nos marcos de uma economia capitalista periférica. Com isso, queremos responder à seguinte indagação: tais conflitos podem ser vistos apenas como casos isolados, ou indicam o início de fissuras na base social do MAS, podendo no futuro por em risco sua manutenção no poder?

Palavras-Chave: Bolívia, MAS, neoliberalismo, capitalismo andino, movimentos sociais.

Introdução

O longo processo de reorganização dos movimentos sociais bolivianos, iniciado na década de 1990 sob a égide do movimento indígena, e que teve seu auge nas “guerras” da água e do gás no começo dos anos 2000, é o pano de fundo sobre o qual surgiu e se consolidou o MAS e sua principal liderança, Evo Morales.

Com um discurso que conseguiu congrega os mais diversos setores, de camponeses indígenas e trabalhadores urbanos a intelectuais de classe média, o MAS passou a ocupar o papel de principal aglutinador das demandas do movimento popular contra as medidas dos governos bolivianos de então, em especial as políticas de repressão ao cultivo da folha de coca. Política essa que era percebida como uma imposição do governo dos Estados Unidos, e

¹ Mestre em Ciências pelo Programa de Integração Latino-Americana (Prolam) da USP.

que ameaçava a única forma de rendimentos de um grande número de famílias camponesas e imigrantes vindos das cidades.

Após o desgaste absoluto do velho Estado boliviano identificado com o neoliberalismo², evidenciado na Guerra do Gás e na queda do antigo presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, o MAS e seu líder aparecem como uma alternativa também eleitoral aos já desgastados partidos do *stablishment* boliviano. Através de sua atuação no parlamento, seus deputados (Evo Morales entre eles) já vinham construindo há vários anos um claro perfil oposicionista, projetando suas demandas a nível internacional e tornando-se assim uma das referências do chamado movimento antiglobalização, que em diversos países questionava os efeitos do capitalismo mundial, ou, antes, a hegemonia do capital financeiro, conhecida por neoliberalismo.

Ao mesmo tempo que construía esse perfil oposicionista, o MAS também nunca pretendeu transformar radicalmente, de forma revolucionária, a sociedade boliviana. Fiel às suas origens no sindicalismo camponês, ele, embora pudesse adotar em alguns momentos um discurso duro contra o governo e a chamada oligarquia, sempre se dispôs a negociar pautas específicas e servir de mediador entre suas bases e representantes oficiais. Foi assim, por exemplo, que em 2004 ele aceitou negociar os termos do plebiscito que o então presidente Carlos Mesa propunha a realizar sobre a comercialização e propriedade dos hidrocarbonetos, quando uma parcela significativa das organizações engajadas na “guerra” do gás exigia, por meio da “Agenda de Outubro”, a nacionalização pura e simples dos recursos naturais.

Essa disposição para negociar também é vista por muitos³ como uma das razões do sucesso do MAS em se constituir como uma alternativa eleitoral quando Mesa renunciou e foram convocadas eleições antecipadas, para dezembro de 2005. A vitória absoluta de Morales, no 1º turno, foi vista como um evento histórico na Bolívia. Pela primeira vez, um indígena ligado aos movimentos sociais era eleito para governar o país, com um discurso que prometia acabar com a situação de apartheid social em que vivia a grande maioria da população e retomar as riquezas naturais em mãos de empresas estrangeiras, que pagavam uma quantia irrisória por sua exploração.

Tal vitória levantou a feroz oposição de setores empresariais e políticos que se beneficiavam com a velha ordem. Concentrados nos chamados departamentos (estados) da “Media Luna” (Santa Cruz, Tarija, Pando), eles empreenderam uma campanha que, em certo momento, adquiriu contornos separatistas, ameaçando a unidade territorial do país⁴. Vencidos graças à

² Surgido, por sua vez, da reforma iniciada em 1985 com o governo de Paz Estenssoro, que a partir do Decreto Supremo 21060 passa a presidir um desmonte do antigo Estado surgido da Revolução de 1952, fechando minas e centenas de postos de trabalho, e no processo destruindo o principal eixo em torno do qual se congregava o antigo movimento sindical: o proletariado mineiro.

³ A esse respeito, ver os estudos de REIS (2010) e ZUCCO (2008).

⁴ Sob a bandeira da “autonomia”, uma reivindicação antiga, a oposição empresarial mobilizou um setor da população de seus departamentos, que em certos momentos adquiriu tons racistas, vendo no indígena do Altiplano, esquerdista e atrasado, o inimigo do habitante do Oriente, o chamado “camba”, supostamente empreendedor e moderno.

mobilização dos movimentos sociais, e isolados internacionalmente à medida que os governos da região manifestavam seu apoio ao presidente Morales, eles tiveram que sentar novamente à mesa de negociação, aceitando os resultados da Assembleia Constituinte e da nova Constituição Política do Estado (CPE), ratificada por referendo em janeiro de 2009. No momento em que escrevemos esse artigo, tal oposição empresarial praticamente não possui nenhuma expressão política capaz de rivalizar com o MAS, o que indica uma crise de representatividade desse setor para a ampla maioria da população boliviana.

A nosso ver, é precisamente nesse momento, quando a oposição de direita é derrotada nas urnas e nas ruas, que aparecem de forma mais nítidas as primeiras contradições dentro da frente político-eleitoral, ou bloco popular, que sustentou Evo Morales, contradições que já estavam presentes nos debates à Assembleia Constituinte, mas que naquele momento eram ofuscadas pelo enfrentamento com a oposição liderada por Santa Cruz. Antes de passarmos ao estudo do segundo mandato de Morales, queremos pontuar algumas dessas contradições, e para isso nos utilizaremos principalmente dos escritos de Álvaro Garcia Linera, vice-presidente boliviano e principal ideólogo do MAS.

Formação e Ideologia do MAS

Em seu artigo "El evismo: el nacional-popular en acción" (2006: 27), Linera reconhece que a corrente política que ele chama de "evismo", na verdade o MAS, "não nasce de uma proposta teórica definida"⁵, mas sim da prática e do acúmulo político realizado especialmente por sindicatos camponeses indígenas, um processo que se inicia no final dos anos 1980, e tem sua primeira grande expressão visível com a fundação do Instrumento por la Soberanía de los Pueblos (IPSP), com o qual Morales e outros representantes entram na vida política. Segundo Linera, a grande novidade do "evismo" seria sua ruptura com os esquemas de representação da esquerda tradicional, que viam a conquista do poder como tarefa de uma vanguarda política, que instrumentalizavam os movimentos sociais. O IPSP, e depois o MAS, seria um esforço dos movimentos sociais indígenas terem acesso direto aos postos de decisão dentro do Estado, ou seja, deixariam de serem apenas base de tal vanguarda, e sim atores diretos "que avanzan de la resistencia hacia la expansión y el control de puestos en el Estado".

Não entraremos aqui na controvérsia sobre representação e vanguarda, mas gostaríamos de assinalar a importância dessa concepção para o movimento cocalheiro, que iniciou sua luta de uma perspectiva puramente sindical, nos anos 1980, e que foi paulatinamente transformando sua perspectiva geral e ampliando sua representatividade social. Graças a isso, conseguiram preencher o vazio político no campo popular boliviano, causado pela derrota do proletariado mineiro e redução do papel dirigente que a COB outrora exercia nesse campo. Uma das suas estratégias para isso foi a apropriação do discurso da identidade indígena, reconstruído sob sua perspectiva particular:

⁵ É interessante que, desde então, o próprio Linera não utiliza mais a expressão "evismo", o que indica que na verdade o MAS não representa uma grande novidade, seja como expressão teórica seja como prática política dos movimentos sociais.

Para ser estrictos, la identidad es algo construido: no es una condición natural ni perpetua. Y el evismo es una forma de reconstrucción contemporánea de la identidad. Ello se puede ver claramente en el movimiento cocalero, que pasa del discurso plenamente campesinista de la década del ochenta a otro claramente indígena en la década del noventa. (...)

Pero lo central en la estrategia evista es que, partiendo de ese su indianismo flexible, núcleo unificador de su lectura política, puede abrirse a los mestizos, a los blancos o a quien fuera, pero bajo la premisa de organizar un nuevo proyecto que tenga como base otra vez a la nación, aunque ya de un modo distinto respecto de la idea de nación que proponía el nacionalismo revolucionario de 1952. El núcleo unificador de lo social y promovedor de la idea de nación es e índio (2006: p. 27-28).

No que tange à política econômica, o MAS incorpora a demanda histórica de recuperação dos recursos naturais e sua utilização pelo Estado para promover o desenvolvimento econômico do país, mas, expressando a natureza de classe de seu núcleo inicial, ele prioriza a pequena propriedade familiar:

En la práctica, las bases económicas de este nuevo proyecto parten de la recuperación de los recursos naturales, la nacionalización y la atención especial que pone el programa del MAS en la pequeña producción, los microempresarios, los artesanos (...). La base material del evismo es la priorización de la pequeña producción, individual, familiar, comunitaria. Es la pequeña producción la que se ha rebelado durante este tiempo: los cooperativistas, los cocaleros, los microempresarios, las fejuves. Es claro que el MAS expresa esta rebelión pero de un modo inclusivo, incorporando la gran producción extranjera, tratando de dialogar con el mundo globalizado, pero girando todo en torno a un núcleo indígena en términos políticos y a la pequeña producción familiar y comunal en términos económicos. El evismo es también la visibilización de más de un modo de producción y de múltiples modernidades: esa es una de sus virtudes. Esto implica que tenga también como característica importante una multitemporalidad. (...)

Analisemos por um momento essa questão da multitemporalidade. Ela tem como origem a constatação do caráter colonial e excludente do Estado boliviano desde a independência, cujas características principais não mudaram mesmo com a Revolução de 1952: um Estado monocultural que exercia sua autoridade excluindo a grande maioria da população, sob critérios étnicos, de qualquer participação na vida política. Ao aparecer perante a maioria indígena apenas como um poder repressor externo, que não se articulava ou organizava a vida econômica-cultural, o Estado, ao invés de ser um fator de integração, contribuía para manter uma situação de verdadeiro apartheid social e permanente instabilidade política. O Estado boliviano, assim, aparecia como algo externo à maioria da sociedade, cindida então entre formações sociais diversas, uma elite burguesa de mentalidade oligárquica e filiação externa (URQUIDI, 2007, p. 49), e a população rural indígena, com sua organização comunitária tradicional não se articulando e não podendo assimilar as práticas políticas do novo Estado organizado nos moldes liberais ocidentais, identificado com as elites urbanas brancas que controlavam o poder econômico da mineração e, através desta, o poder político. A essa fratura social Zavaleta Mercado (1986) irá chamar de formação social “abigarrada”⁶, ou seja, sem uma efetiva homogeneização e coesão social, onde a maioria da população estaria integrada

⁶ De difícil tradução para o português, essa palavra espanhola denota uma mistura imperfeita de cores, com um efeito geral discordante, ou de camadas sobrepostas umas às outras, sem articularem-se entre si. GIL (2003) utiliza para esse termo a tradução de “invertebrada”. Para mais informações, ver Urquidi (2007).

ao projeto político das elites por meio do processo que Gramsci chamou de “projeto de hegemonia”.

Linera, em outro livro (2010: 187-191), vai indicar que, como resultado dessa falta de homogeneização social, existem dentro da sociedade boliviana quatro grandes regimes civilizatórios: a mercantil-industrial; a atividade mercantil simples de tipo doméstico, artesanal ou camponês; a civilização comunal; e a civilização amazônica. A proposta masista, dentro desse contexto, seria o de um projeto nacional-popular que, através da conquista do poder, criasse um Estado plurinacional que reconhecesse e incorporasse esses regimes dentro de uma economia plural pautada pela diversidade dos modos de produção, onde a liderança, no entanto, caberia ao Estado, que articularia essa economia através da nacionalização e industrialização dos setores estratégicos de geração de excedentes, redistribuindo a riqueza entre as classes populares: “Estado plurinacional, régimen autonómico, y industrialización de los recursos naturales en el contexto de una economía plural. Este trípode es un horizonte de época, y es en su interior que ahora emergen las luchas, las diferencias, las tensiones y contradicciones” (2011: 11).

Em resumo, o projeto do MAS, pese a sua especificidade étnica, é um projeto democrático-radical e pluriclassista de construção de um Estado nacional. Mesmo em sua dimensão étnica, não se pauta por um discurso radical, mas sim, nas próprias palavras de Linera, por sua “flexibilidade” na construção do conceito de nação. Apesar da dura retórica anti-imperialista, as relações dentro do campo da nação, no entanto, devem ser pautadas pela tolerância e consenso. As contradições que emergem dentro desse bloco popular são tratadas pelo vice-presidente como secundárias (usando uma terminologia maoísta) ou como tensões criativas que não ameaçam a unidade desse bloco. A possibilidade de rompimento com base em linhas de classe não é vista como uma possibilidade enquanto persistir a tarefa de derrubada das instituições coloniais e construção de um Estado que aja, na prática, como *síntese da nação*.

Analisando as propostas de Linera e do MAS, se pode perceber em sua estratégia uma omissão importante: ele, como outros autores de inspiração nacionalista, não vê ou não dá importância suficiente ao capitalismo como um sistema internacional de relações, e a posição subordinada da Bolívia dentro desse sistema. Não há em sua estratégia uma compreensão clara do papel do grande capital financeiro e das frações da burguesia nativa aliadas desta, que comandaram o padrão de acumulação do capitalismo boliviano, nem a necessidade de mudar esse padrão de acumulação, centrado nas atividades primário-exportadoras, mas apenas atenuar e administrar suas contradições. Por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento do MAS, lançado em 2006, defende um “cambio del patrón de desarrollo primário exportador que se caracteriza por la explotación y exportación de recursos naturales sin valor agregado, y la constitución de un nuevo patrón de desarrollo integral y diversificado, que consiste en la agregación de valor y la industrialización de los recursos naturales renovables y no renovables”⁷.

⁷ Reproduzido de Aillón (2006: 27).

Em essência, tal concepção pressupõe um equilíbrio permanente entre esses regimes civilizatórios, cabendo ao Estado regular a relação entre eles. Entretanto, o capitalismo se caracteriza exatamente por ser um sistema dinâmico, de incessante renovação das forças produtivas. Em sua expansão, ele subordina outros modos de produção, submetendo-os à sua lógica de busca do lucro. É essa lógica que permitiu, na Bolívia e outros países neocoloniais, a sobrevivência de modos de produção pré-capitalistas, como o escravismo e formas de servidão, postas a serviço da necessidade de acumulação capitalista⁸.

Sem uma estratégia de ruptura clara, qualquer governo boliviano, mesmo oriundo de um levante popular ou até de uma revolução terá que se adaptar, e adaptar seu projeto original, a essa realidade sócio-política. O que é facilitado pela composição de classe da direção do MAS. Apesar de se apresentar como a expressão política organizada dos movimentos sociais, seu núcleo dirigente advém do sindicalismo negociador do movimento cocaleiro, que apesar da retórica radical que foi obrigado a adotar ao longo de seu período de acumulação de forças, sempre esteve disposto a negociar com seus adversários e incorporar outros setores. Algo que vai contribuir para a moderação da atuação parlamentar masista será a mudança de sua composição social, como aponta Reis (2010:12): “As camadas médias que entraram no MAS a partir do seu crescimento acabaram se tornando hegemônicas na bancada parlamentar masista, apesar de esta conter muitos camponeses”.

Uma vez no governo, essa postura conciliatória e negociadora se manterá, mesmo nos períodos mais duros de confronto com a oligarquia cruzenha e multinacionais, como por exemplo no debate do tamanho da propriedade agrária durante a constituinte ou na questão da “nacionalização” da indústria de hidrocarbonetos.

A questão agrária e as nacionalizações

A demanda de limitação da propriedade fundiária foi uma das principais demandas dos movimentos camponeses indígenas durante o processo da Constituinte. A propriedade agrária também é a fonte da riqueza e força política e social da elite empresarial de Santa Cruz, principal opositora do governo do MAS.

Por volta da época da Constituinte, a polarização social entre o MAS e o bloco popular que o apoiava, de um lado, e a oligarquia cruzenha, de outro, alcançou o ápice. Às ações violentas das forças de direita, os movimentos sociais respondiam com bloqueios de estradas, mobilizações e demandas de aprofundamento do processo revolucionário. Pega entre essas duas forças, Morales e o MAS chamavam pelo diálogo, recusando-se a tomar medidas constitucionais mais duras contra seus opositores. Essa estratégia teve resultado quando, isolada internacionalmente, dividida internamente e ameaçada pela mobilização de movimentos populares, que ameaçavam marchar sobre Santa Cruz, a oposição aceitou voltar à mesa de negociações para discutir pontos da Nova Constituição Política do Estado, a ser ratificada por referendo.

⁸ Para mais detalhes sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo boliviano, ver Gil (2003).

O resultado foi que o texto final continha importantes concessões, desde o nível simbólico (onde as referências à democracia direta indelegável (Art. 7) foram substituídas pela conhecida fórmula de delegação de poderes da democracia representativa), até importantes questões sobre a autonomia dos territórios indígenas e o tamanho da propriedade agrária. Para ficar em apenas dois casos, o Art. 30 estabelece a gestão indígena autônoma e o aproveitamento exclusivo sobre seus territórios, mas com a ressalva: "sem prejuízo dos direitos legitimamente adquiridos por terceiros". Também no artigo 394, as referências anteriores de garantias estatais às comunidades comunitárias ou coletivas sobre sua intocabilidade e imprescritibilidade e aos direitos das comunidades interculturais foram substituídas por mais uma referência à proteção legal de proprietários particulares "cujos prédios se encontrem localizados ao interior de territórios indígenas originários camponeses" (AYERBE, 2006: 208-209).

Também foram eliminados da nova constituição itens que afirmavam o caráter gratuito e público da seguridade social, e inseridos novos que garantiam a presença privada nas instituições de ensino e serviços públicos. Para Reis (2010:15), tal resultado pode ser visto como um produto da própria estratégia masista, que não "possui uma postura antissistêmica, mas uma plataforma socialista que avança dentro dos limites impostos pela correlação de forças".

Para se poder apreciar melhor a correlação de forças naquele momento, precisamos entendê-la não só como uma relação dos recursos de cada um dos atores internos, mas também qual era a estratégia global da liderança do MAS (ou seja, até onde ele estava disposto a ir) e também, e isso não é nada desprezível em uma época de capitalismo globalizado, como se deu a interferência de atores externos. O apoio do embaixador dos Estados Unidos à oposição de direita é bem conhecido, o que levou Morales a expulsá-lo do país⁹. O que é pouco discutido, no entanto, é o papel do Brasil ao longo dos debates da Constituinte.

Se por um lado o Brasil, ao lado da Argentina, trabalhou para que as diferenças entre governo boliviano e oposição não transbordassem os limites constitucionais, oferecendo seu apoio a Morales e isolando a oposição quando esta realizou seus maiores atos de violência, isso não se deveu a supostas fidelidades aos princípios da democracia, e sim à importância geopolítica que a Bolívia tem para o Brasil. Para esse, não interessava nem uma ruptura do país, como ameaçava a oposição de Santa Cruz, nem um processo de radicalização que pudesse pôr em risco os consideráveis investimentos brasileiros na região, concentrados na área de integração regional, energia e produtos agroindustriais. Por isso, a diplomacia brasileira apostou em um processo de diálogo que, implicando em concessões mútuas, abria a possibilidade de uma solução pactada, em que os interesses fundamentais tanto do governo, quanto da oposição e também do Brasil, fossem assegurados.

Nesse sentido, é sintomática uma declaração de Celso Amorim, então ministro das relações exteriores do Brasil, durante uma viagem internacional, em pleno debate constituinte

⁹ <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2008/09/11/ult1913u95239.jhtm>

boliviano. Ele dirá que a liberação de empréstimos do BNDES para a compra de maquinário agrícola, já aprovados, dependeria de como fossem tratados os agricultores brasileiros sediados na Bolívia¹⁰.

O resultado final, ao mesmo tempo que constituiu uma vitória política incontestável para o MAS, também preservou intactas as bases econômicas da oposição empresarial e também os interesses brasileiros no país. Isso só foi possível porque, em sua perspectiva econômica, o MAS não via como contraditórios o desenvolvimento de um capitalismo autóctone (andino-amazônico) ao mesmo tempo que se colocava como representante dos movimentos sociais, mesmo que alguns possuíssem uma perspectiva anticapitalista. Como bem coloca Reis (2010: 20):

Se até 2002 o MAS tinha um discurso fortemente indigenista, a partir de 2005, ano da vitória eleitoral para presidente, seu apelo era claramente para todo o país, e as referências ideológicas de esquerda foram gradativamente sobrepunhando as questões étnicas como as mais presentes. Já não tinha mais um teor "antimodernista" de defesa de um "sistema comunitário", mas assumia um tom "modernizador e não explicitamente anticapitalista", advogando inclusive pelo investimento em infraestrutura com o apoio ao empresariado nacional.

Essa evolução também fará o MAS passar a ver com bons olhos a presença de grandes empresas multinacionais, aceitando os esquemas de integração regional capitaneados pelo Brasil, sob o argumento de que era preciso desenvolver a infraestrutura do país para atrair investimentos estrangeiros. E é na questão de desenvolver um ambiente seguro que vai ocorrer a primeira fricção entre o governo e sua base de apoio.

Isso remete também à postura que o governo do Brasil adotou quando da nacionalização feita por Morales em 2006. Na verdade, o projeto original do decreto governamental propunha apenas uma maior participação do Estado nas receitas advindas da exploração do gás, não um controle efetivo de toda a cadeia produtiva da indústria hidrocarburífera. O governo brasileiro de Lula, mesmo criticado pela oposição interna, adotou uma postura conciliatória, que buscava atenuar os conflitos e chegar a um consenso para garantir os interesses brasileiros, consideráveis, nas áreas de gás, energia, estradas e agroindústria. O resultado disso é que o Brasil saiu dessa negociação com seus principais interesses garantidos, além de reforçar sua imagem perante a opinião pública mundial como um governo progressista e amigo dos movimentos sociais.

O governo de Evo Morales, por outro lado, também obteve uma vitória nesse episódio, pois com a medida aumentou a arrecadação fiscal do Estado, necessário para seus projetos de programas de distribuição de renda e diversificação econômica, além de satisfazer uma importante demanda dos movimentos sociais que lhe deram apoio, de recuperação dos recursos naturais do país. Adicionalmente, ao final do processo, os laços políticos com o governo brasileiros não sofreram abalos, o que foi fundamental em sua luta interna contra a oposição empresarial, como vimos.

¹⁰ Sobre a interferência do Brasil em assuntos internos bolivianos, ver Luce (2007)

O que podemos concluir a partir da análise desses eventos, é que no primeiro período de seu mandato, o MAS luta para consolidar seu controle sobre o aparato estatal, quando é ameaçado pelas antigas frações da classe dominantes que controlavam esse aparato, e para isso conta com o apoio do bloco de movimentos sociais que o ajudaram a chegar ao poder e o sustentaram nesse período. Uma vez resolvido o poder pelo controle do Estado, a fração encabeçada pela direção do MAS passa a dirigi-lo sem contestação séria. Nesse momento, as contradições dentro do bloco de sustentação, encobertas pelo confronto com a oligarquia cruzenha, passam a se manifestar.

O “gasolinazo” de 2010

Em 24 de dezembro de 2010¹¹, o governo boliviano anunciou um aumento geral nos preços dos derivados de gasolina, entre 57% e 83%. O argumento inicial utilizado foi que essa medida tinha por objetivo desestimular o contrabando de gasolina para os países vizinhos através do nivelamento do preço interno do barril de petróleo com os preços internacionais. No entanto, alguns dias depois, em uma conferência de imprensa, Morales admitiu que “Con El precio actual ningún sócio puede invertir para sacar más petróleo; ése es el tema de fondo”.

Por conta dos protestos, o governo foi obrigado a revogar o Decreto 748 alguns dias depois, prometendo no entanto voltar a aplicá-lo mais gradativamente, para minimizar o impacto sobre o custo de vida da população. Tal medida revelou a dependência boliviana frente às grandes empresas transnacionais do petróleo, mesmo após a suposta “nacionalização” dos recursos naturais ocorrido em 2006. A empresa estatal, YPFB, não possui recursos financeiros nem técnicos para se encarregar de todo o processo produtivo da extração e comercialização dos derivados de gás e petróleo, e por isso o governo boliviano se vê na necessidade de garantir um ambiente estável para atrair recursos externos e romper a desconfiança suscitada a nível internacional após a primeira fase radical do seu governo.

Conflito com os movimentos sociais: TIPNIS, Colquiri e Mallku Khota.

A ênfase que o governo passa a adotar no desenvolvimento econômico, centrado nas atividades extrativistas, encontra sua primeira grande resistência na controvérsia do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure), localizado entre os departamentos de Beni e Cochabamba. Lar de três etnias originárias, nos últimos anos o parque também tem sido ocupado por famílias de camponeses de outras regiões, principalmente do Chapare, que se dedicam em sua maioria ao cultivo de folhas de coca. O governo boliviano iniciou os planos de construção de uma rodovia, a carretera Vila Tunari-San Ignacio de Moxos, cujo

¹¹ A data escolhida (véspera do natal) pode ser entendida como uma tática para diminuir os protestos que sem dúvida ocorreriam. Também, o fato de ser o vice-presidente a anunciar a medida, enquanto Morales se encontrava em viagem à Venezuela, pode ter tido como objetivo preservar a figura do presidente da impopularidade da medida.

desenho original estava planejado para passar no meio do parque. Os interesses envolvidos na construção dessa estrada são diversos: além da necessidade legítima dos moradores locais de uma via mais curta que ligasse essa região ao resto do país, também há o dos colonizadores cocaleiros, das empreiteiras (em especial a brasileira OAS), e de empresários, que esperam que a construção de uma via de acesso mais rápida aos centros dinâmicos da economia e aos portos de exportação estimule o volume de seus negócios, além de empresas petroleiras transnacionais, que realizam operações de prospecção na área do parque e, com a estrada, teriam facilitado seu acesso às jazidas locais de gás e petróleo.

Por outro lado, os habitantes do parque se opuseram aos planos de construção da estrada, julgando que ela representaria uma ameaça à manutenção do seu estilo de vida tradicional e posse comunitária da terra, mas também ao ecossistema local. O governo, inicialmente, recusou-se a levar em consideração as objeções das organizações locais, representadas pela CIDOB, que organizou uma marcha com o objetivo de chegar à capital La Paz. Após serem detidos por um bloqueio policial em uma aldeia perto da cidade de Moxos, os indígenas foram violentamente dispersados, resultando em vários feridos. A repressão a uma marcha indígena, realizada por um governo com um indígena na presidência, despertou indignação geral em vários setores do movimento social, e causou até mesmo uma pequena crise ministerial: a ministra da defesa, Cecília Charcon, renunciou ao cargo em protesto, e o Ministro e vice-Ministro do Interior foram obrigados a pedir demissão, responsabilizados pelo episódio.

A COB chamou um dia de greve geral e o governo, intimidado, a princípio aceitou negociar com os representantes da marcha. Não obstante, ao longo do debate sobre a necessidade da estrada, ele e diversos de seus porta-vozes tentaram desqualificar o movimento contra a construção de estradas, sugerindo que por trás dele estavam ONGs financiadas por países da Europa e Estados Unidos¹². Até a conclusão desse artigo, a controvérsia seguia sem conclusão.

Na disputa da mina de Mallku Khota, localizada ao norte de Potosí, também chama a atenção a orientação inicial pró-multinacional de representantes oficiais do governo. O centro da disputa envolvia a filial da empresa multinacional canadense que explorava a área, uma Terra Comunitária de Origem (TCO), contra as exigências dos membros da comunidade local. A empresa desejava desenvolver um projeto de exploração das jazidas locais, ricas em prata, índio, gálio e zinco. No entanto, organizações locais se opuseram a esse projeto. Entre suas reclamações, estavam preocupações a respeito do impacto da mineração sobre o ecossistema local, e suas consequências sobre a agricultura e as atividades tradicionais da comunidade,

¹² Mais uma vez, o papel de destaque aqui cabe a Álvaro García Linera. Em seu livro mais recente, Geopolítica de la Amazonia (2012), onde, além de colocar a construção da Estrada como uma necessidade de Estado, rebate as críticas de que ela estaria à serviço das necessidades de acumulação de interesses empresariais em detrimento da população indígena, sugerindo uma conspiração de ONG's estrangeiras e elites locais, para perpetuar a submissão da população local. É significativo que, para o autor, o desenvolvimento capitalista é sinônimo de modernização e consolidação da cidadania. Quem se coloca contra ele, está a serviço de forças e interesses retrógrados.

além de passarem a também explorar, por conta própria, as riquezas da região, ao que a multinacional passou a acusá-los de roubo e invasão de propriedade privada.

Apenas depois de sérios enfrentamentos, que resultaram inclusive em mais uma repressão policial a uma marcha que se dirigia a La Paz, na prisão de um dirigente local, na morte de um membro da comunidade, e a consequente reação, quando um policial e dois engenheiros foram sequestrados e submetidos a julgamentos comunitários, o governo mudou de atitude e rescindiu o contrato com a empresa, passando a responsabilidade da exploração local para a empresa estatal COMIBOL¹³.

Em Colquiri, outra região produtora de zinco e estanho no Departamento de La Paz, a controvérsia se deu entre mineiros assalariados, contratados pela empresa Sinchi Wayra, filial da suíça Glencore, e mineiros cooperativistas. A disputa era pela veia Rosário da jazida de Colquiri, que estourou após a rescisão de contrato com a empresa que operava na região. Diversas organizações sindicais e populares locais, reunidas em assembléia no dia 07 de junho de 2012, exigiu a nacionalização completa da mina, no entanto, o vice-ministro de cooperativas, Isaac Meneses, firmou um convênio com a Sinchi Wayra, no qual entregava as concessões dessa empresa a cooperativas locais, entre elas a 26 de Fevereiro¹⁴. À mobilização dos sindicatos mineiros, a cooperativa respondeu com bloqueios de estrada e acusações, culminando, no dia 14 de junho, com um enfrentamento onde se utilizaram até bananas de dinamite, deixando um saldo de 10 feridos. Frente a uma possível escalada do conflito, o governo mais uma vez interviu, nacionalizando a mina e assumindo a exploração da área. Numa coletiva de imprensa, Garcia Linera explicou a medida como a solução, pelo diálogo, entre o sistema cooperativo e o sistema assalariado¹⁵. Entretanto, segue a disputa entre esses dois setores, pois não se chegou a um acordo sobre as concessões a serem feitas ao setor cooperativo.

Conclusão

O que chama a atenção nesses episódios é que eles revelam a contradição existente entre o discurso oficial de respeito à autonomia e às formas locais de organização e consulta às comunidades sobre projetos que afetem seus territórios, e as exigências de uma lógica econômica que se apoia fortemente na atividade extrativista dos recursos naturais e necessita de investimentos externos para sua realização. Contradição essa que se apresenta concretamente na opção política que o governo do MAS faz de reforçar uma matriz produtiva baseada no caráter extrativista da economia boliviana, mudando apenas a porcentagem das receitas de sua exploração que vão para o Estado.

Como visto no início deste artigo, a ascensão do MAS está inscrito em um complexo quadro de luta dos movimentos indígenas e populares contra as políticas neoliberais dos governos

¹³ "O potencial explosivo da mineração na Bolívia". Revista Fórum, out. 2012.

¹⁴ <http://www.somossur.net/bolivia/politica/los-movimientos-sociales-en-tiempos-de-evo/973-antecedentes-del-conflicto-en-colquiri.html>.

¹⁵ Revista Fórum. Out. 2012.

anteriores. Tendo sua origem entre os plantadores de coca e pequenos camponeses, que se opunham às políticas de erradicação do cultivo da folha, ele foi capaz de preencher o vazio político causado pelo enfraquecimento do movimento operário ao assumir um discurso que combinava elementos nacionalistas e do imaginário popular indígena. Não obstante seu discurso muitas vezes radicalizado pela conjuntura política, ele não se propunha a uma ruptura com o modelo econômico nem a uma mudança no padrão de acumulação vigente, mas a uma reforma das estruturas políticas do Estado, ampliando sua base social e devolvendo a ele um papel mais ativo na esfera produtiva. O discurso de feições indigenistas-comunitaristas dá lugar a outro, que privilegia “un tipo de modernidad económica vinculada a los mercados globales, al desarrollo tecnológico contemporáneo, a sectores empresariales, que es la parte capitalista propiamente dicha, pero reconociendo obligatoriamente a las otras dos plataformas de la modernidad vinculadas a nuestras capacidades vernáculas: fuerzas comunitarias, artesanales, pequeños productores y de economía mercantil simple (...)”¹⁶

Nesse sentido, são significativas as observações de Aillon (2006: 22)¹⁷ a respeito do Plano Nacional de Desenvolvimento do MAS, de 2006: “El Plan Nacional de Desarrollo indica que la política gubernamental del próximo quinquenio no será ni nacionalista ni postneoliberal. El aumento de la participación del Estado no se orienta a revertir la *centralidad del mercado*, que se traduce en la centralidad de la propiedad y el control del capital privado sobre los medios fundamentales de la producción”.

O papel histórico que o MAS chama para si tem sido o de ampliar as bases de legitimidade do Estado, desgastado pelos conflitos de classe na década de 1990 e 2000. O “Estado aparente” de que falava Zavaleta Mercado, ou seja, “un poder político jurídicamente soberano sobre el conjunto de un determinado territorio, pero que no tiene relación orgánica com aquellas poblaciones sobre las que pretende gobernar” (TAPIA, 2002: 306), deve em sua concepção ser substituído por outro, inclusivo e modernizante.

Uma vez no poder, a camada dirigente do MAS buscará imprimir uma nova dinâmica ao regime de acumulação capitalista boliviano, reforçando o seu caráter monoprodutor de matérias primas, mas também incorporando a esse processo camadas que antes estavam marginalizadas, fazendo assim que elas se integrem aos grandes fluxos de comércio, dirigidos ao exterior, e tenham um interesse no desenvolvimento de formas capitalistas de produção:

La apuesta masista es precisamente cambiar la perspectiva de las clases oprimidas del país: hacer que más campesinos-indígenas, más artesanos, más mineros cooperativistas, vean a las exportaciones de sus productos y a la inversión extranjera como una oportunidad para hacer

¹⁶ Miguel Lora Fuentes, entrevista a Álvaro García Linera. Disponível em: http://std.iiec.unam.mx/system/files/Entrevista%20C3%81lvaro%20Garc%20C3%ADa%20Linera%20X%20Lora%20Fuentes_0.pdf

¹⁷ Nesse artigo, o autor resgata o conceito de regime de acumulação, tomado de Giovanni Arrighi, definido por ele como “el conjunto de estrategias y estructuras mediante las que un conjunto de agencias gubernamentales y empresariales particulares promueven, organizan y regulan la expansión o la reestructuración de la economía capitalista”. Partindo dessa concepção, o autor conclui que o Estado atua como um “amortizador” do choque entre as classes, canalizando-as dentro dos limites da ordem: “... todo régimen de acumulación representa la estabilización temporal de la contradicción fundamental entre capital y trabajo” (p. 12).

negócios; esse es el paradigma de la *nueva matriz productiva* y del *capitalismo andino* (Op. Cit.: 38).

Quando Morales diz, em um discurso muito aplaudido, que “queremos sócios, não patrões”¹⁸, está implicitamente aceitando as regras sobre as quais operam as grandes multinacionais, e que sua ambição é auferir maiores benefícios dessa relação. No entanto, para que as grandes empresas multinacionais possam operar no país, o grupo dirigente que controla o aparato estatal precisa criar um ambiente jurídico (legislação, infraestrutura, oferta de mão de obra e isenções fiscais) seguro, que garanta o lucro das empresas e a continuidade da inversão externa.

Essa conjunção de interesses entre o grupo estatal dirigente e grandes setores privados, em especial estrangeiros, provoca uma diferenciação no antigo bloco que sustentou o MAS no primeiro mandato. De um lado, estão setores camponeses-indígenas, mineiros cooperativistas e artesãos que são incorporados, por meio das políticas estatais, ao novo ciclo do regime de acumulação, e se beneficiam disso. De outro, há os assalariados urbanos, movimentos indígenas comunitários e sindicatos mineiros, que entram em choque com essa dinâmica e se mobilizam contra os efeitos dela.

Em todos os casos analisados (TIPNIS, Colquiri, Mallku Khota, o “Gazolinazo”), fica clara a orientação pró-multinacional inicial do governo, justificada sob a necessidade de garantir a continuidade da inversão externa. Em todos os casos, a pressão do movimento popular ou sindical obrigou o governo a um recuo temporário, mas não modificou sua orientação geral. Isso põe em descoberto a principal debilidade do Estado boliviano, a da defasagem produtiva-tecnológica de seu aparato produtivo, debilidade que o MAS prefere não enfrentar:

Em vez de dar um salto qualitativo para colocar as condições necessárias da industrialização do país com base nos recursos energéticos, o governo Morales abdica desse projeto e prefere se contentar com a renda petrolífera para implementar seu projeto neodesenvolvimentista dependente e seus programas redistributivistas. Temos aqui o caso da defesa de um Estado rentista e não um Estado produtor ou industrializador, confirmando a tendência histórica de reprodução do padrão mineiro-extrativo exportador da economia boliviana ao longo do século XX e da pilhagem acelerada dos recursos energéticos pelas transnacionais. (GIL, 2009: p. 8)

Esse artigo buscou realizar um balanço parcial do segundo mandato do governo de Evo Morales, a partir das fissuras que surgiram em seu antigo bloco de sustentação, causadas pela dinâmica de sua orientação econômica. Vimos como o grupo dirigente do MAS, ao se apropriar do aparato do Estado, não mudou no fundamental o regime de acumulação capitalista boliviano, mas antes busca ampliar as bases deste, incorporando setores antes marginalizados do processo, em especial os camponeses cocaleiros indígenas, cooperativistas mineiros e a pequena burguesia urbana. Ao mesmo tempo, esse núcleo dirigente passa por uma burocratização e distanciamento de suas bases, à medida que suas políticas passam a ser elaboradas por técnicos e intelectuais situados nas cúpulas do aparelho do Estado. Sua função

¹⁸ <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/4894-bolivia-quer-socios-nao-patroes-afirma-evo-morales>.

histórica, assim, consistia em tentar dar uma nova viabilidade histórica ao Estado boliviano, ameaçado de desintegração pelos violentos abalos sofridos com as mobilizações das décadas de 1990 e 2000. Ao incorporar novos setores ao Estado sem alterar o seu regime geral de acumulação, dependente do investimento de grandes multinacionais estrangeiras, o MAS precisa garantir um nível mínimo de rendimentos, oriundas das atividades produtoras, para atender à multiplicidade de interesses e demandas que surgem com essa incorporação. Além disso, precisa obter o consenso da maioria da população para sua gestão, e mostrar sua capacidade de disciplinar setores da classe trabalhadora e indígenas que se mobilizam contra os efeitos continuidade desse padrão primário-exportador. Em resumo, precisa continuar a representar uma solução viável para a contradição entre capital e trabalho, em suas variadas manifestações.

No entanto, ainda está para ser verificado a viabilidade a longo prazo desse projeto. A intensidade das disputas dos últimos anos, começando em 2010, com o gazonazo, passando pelas passeatas indígenas do TIPNIS e mobilizações dos trabalhadores do setor da saúde e mineração, além da própria resposta do governo masista a muitas delas, reprimindo com o uso do aparato policial, podem indicar que estamos testemunhando o início da ruptura entre o MAS e diversos setores do bloco popular que ajudaram a eleger Morales.

A federação sindical mineira FSTMB, desde 2011, vem chamando pela criação de um novo partido, o Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT), medida aprovada pela COB que, no entanto, vem sendo postergada pelos dirigentes sindicais dessa central, sob diversas alegações, apesar de um encontro em março deste ano ter dado os primeiros passos nesse sentido. Continuam as mobilizações indígenas contra a construção de uma estrada pelo TIPNIS, assim como dos mineiros de diversos distritos e comunidades contra os planos governamentais de exploração dos recursos naturais segundo uma lógica pró-transnacionais.

Isso não significa que os dias do MAS no governo, ou mesmo como um partido eleitoral viável, estejam contados. Sem dúvida nenhuma, este é o governo boliviano com maior legitimidade das últimas décadas, o que é evidenciado pelas grandes vitórias eleitorais do MAS. Isso mostra que seu projeto de ampliação das bases do Estado, por meio dos programas de distribuição de renda e promoção da pequena propriedade, tem tido um certo êxito relativo. No entanto, a história boliviana mostra que o movimento popular e operário possui uma extraordinária capacidade de se reorganizar, o que historicamente dá uma margem estreita de atuação a governos de colaboração de classe. Se as atuais mobilizações operárias e populares conseguirem desembocar em um projeto político alternativo ao do MAS, como propõe o projeto mineiro do IPT, o capitalismo andino pode se ver seriamente desafiado, o que colocará em questão a capacidade de o atual Estado boliviano resolver, dentro dos canais institucionais, a contradição fundamental entre capital e trabalho, que nos últimos anos ficou oculta sob a contradição entre "nação indígena" e o "Estado aparente" ou "colonial".

Bibliografia

AILLÓN, Lorgio O. *El Gobierno del MAS no es nacionalista ni revolucionario*. La Paz: Cedla, 2006.

AYERBE, Luiz F. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 83: 179-216, 2011.

GIL, Aldo D. Análise marxista do processo político boliviano pós-2005. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf. Acessado em 02/05/2013.

_____. *Estado militar e instabilidade política na Bolívia*. Campinas, 2003 (Tese de Doutorado).

LINERA, Alvaro Garcia. *El evismo: lo nacional-popular en acción*. OSAL, año VII, N° 19, 2006.

_____. *A Potência Plebeia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Las tensiones creativas de La revolucion*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2011.

_____. *Geopolítica de la Amazônia*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo revisitado: a política de integração regional do governo Lula*. Porto Alegre, 2007 (Tese de Mestrado).

MERCADO, René Zavaleta. *Lo nacional-popular en Bolívia*. México: Siglo XXI, 1986.

PAZ, Sarela. *La marcha indígena del "TIPNIS" en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de América del Sur*. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/453>. Acessado em 12/04/2013.

REIS, Guilherme. *A social-democracia do MAS: Nem revolução, nem populismo na Bolívia*. Caxambu, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1578&Itemid=350. Acessado em 13/04/2013.

TAPIA, Luis M. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo, 2002.

URQUIDI, Vivian. *Movimento cocaleiro na Bolívia*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

ZUCCO Jr., Cesar. *Bolívia: Política doméstica e inserção regional*. Estudos e Cenários, p. 1-58, ago. 2008. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/estudos/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf. Acessado em 20/04/2013.